

**Dimensões da miséria
desenvolvimentista
- Brasil/América Latina**

MARIA ORLANDA PINASSI (ORG.)





Copyright © 2016 Maria Orlanda Pinassi

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição: Joana Monteleone

Editora assistente: Dafne Ramos



Projeto gráfico, capa e diagramação: Dafne Ramos e Larissa Polix Barbosa

Revisão: Juarez Antunes

Imagem da capa:

Este livro foi publicado com apoio da Fapesp, nº do processo 2015/06404-1

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua Treze de Maio, 353 – Bela Vista
CEP: 01327-000 – São Paulo, SP
Tel.: (11) 3012-2403
www.alamedaeditorial.com.br



Índice

APRESENTAÇÃO Maria Orlanda Pinassi	7
<i>Crisis sobre crisis</i> Aldo Casas	9
<i>Del neoliberalismo en crisis al neodesarrollismo y más allá. La economía política del trabajo contra la economía política del capital en Suramérica</i> Mariano Féliz.	33
<i>A mineração e a lógica da produção destrutiva na Amazônia</i> Maria Orlanda Pinassi Raimundo Gomes da Cruz Neto	59
<i>Crise, desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil</i> Frederico Daia Firmiano	83
<i>Superexploração do trabalho no cárcere: antiga solução, novas questões</i> Camilla Marcondes Massaro	103
<i>Vozes de Morazán: mulheres, resistência e organização popular</i> María Gabriela Guillén Carías	127
<i>O sistema do capital em ascensão: Karl Marx e a transição</i> Mauricio Gonçalves	151
<i>Segurança e desenvolvimento nas regiões de fronteira</i> Eric Gustavo Cardin	191
<i>Agronegócio e luta de classes: conflitos em torno da terra e de direitos trabalhistas no complexo citrícola paulista.</i> Luiz Felipe F. C. de Farias	209

<i>Desenvolvimento e contradição social no Brasil contemporâneo. Um estudo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ</i>	237
Rodrigo Campos Vieira Lima	
<i>O MST e o neodesenvolvimentismo petista: da ocupação de terras à agroecologia de mercado</i>	267
Ana Elisa Corrêa	
<i>Juventudes e movimentos sociais: o caso da Frente Popular Darío Santillán, Argentina</i>	299
María Florencia Fajardo	
<i>Migração, superexploração do trabalho e movimentos sociais no Centro Velho de São Paulo</i>	321
Leianne Theresa Guedes	
<i>A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária paras as mulheres da Via Campesina</i>	347
Kelli Cristine de Oliveira Mafort	
<i>A questão da reforma agrária e do agronegócio</i>	365
Paulo Francisco Soares Freire	
AUTORES	387

Segurança e desenvolvimento nas regiões de fronteira.¹

Eric Gustavo Cardin.

A organização social das diferentes regiões de fronteira do Brasil não se apresenta de maneira homogênea. A existência de diferenças políticas e econômicas entre os países vizinhos – elemento garantidor de fluxos de pessoas, capitais e mercadorias – e o tipo de presença estatal na ocupação e no uso territorial da região limítrofe são elementos decisivos na realidade vivida das comunidades fronteiriças. Não suficiente, as lutas pelo uso e pela definição dos espaços também se apresentam como um elemento importante na visibilidade e na diversidade das configurações possíveis. Neste sentido, o entendimento das práticas sociais e experiências vivenciadas nessas regiões perpassa pela análise da relação do processo de expansão do capital, do papel desempenhado pelo Estado e, por fim, dos movimentos de resistência da população, que nem sempre são organizados ou praticados com consciência crítica sobre isto.

A junção destes três aspectos citados, entre outros, garante a heterogeneidade das fronteiras brasileiras. Nos 15.719 km de limite territorial do Brasil com os demais países da América do Sul visualizam-se diferentes contextos fronteiriços derivados das dinâmicas e particularidades fundadas nas variações daqueles elementos. Desta forma, uma compreensão mais universal das fronteiras territoriais brasileiras encontra restrições. A primeira delas ocorre pela existência de distintos níveis de presença estatal e de organização do próprio sistema do capital nos diferentes cantos do país. Existem lugares em que a exploração capitalista é mais regulamentada e controlada pelo Estado, enquanto em outros, a ausência de órgãos de fiscalização garante a existência de um processo com impactos de acumulação mais predatórios.

Um entendimento adequado de cada pedaço territorial brasileiro passa pela análise das particularidades e de suas relações com o universal. Assim, no intuito de oferecer algum subsídio teórico para estudos que visem entender as regionalidades sem desconsiderar os movimentos políticos mais amplos, o objetivo deste capítulo é situar as políticas de fronteira no interior de uma leitura mais ampla do modelo desenvolvimentista brasileiro. Para tanto, o texto está organizado em dois momentos. No primeiro é apresentado e questionado o mo-

1 O presente artigo tem por base a tese de doutorado defendida no PPG em Sociologia da FCL – UNESP/Araraquara e as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo autor na UNIOESTE.

vimento pendular existentes nas leituras governamentais referentes a segurança pública a partir das regiões de fronteira, enquanto no segundo se contém reflexões sobre o lugar da fronteira nos investimentos de infraestrutura e nos projetos de cooperação internacional.

A FRONTEIRA E A SEGURANÇA PÚBLICA.

A relação do estado brasileiro com suas fronteiras é marcada historicamente pelo descaso. Apenas no final do século XIX se visualiza alguma preocupação legislativa em relação ao controle e ao povoamento das regiões limítrofes do país e, mesmo assim, de maneira tímida e ineficaz. Os primeiros artigos constitucionais a respeito do assunto, como o artigo 64 de 1891, buscavam garantir o controle das faixas fronteiriças, reservando ao Estado o direito de explorar economicamente e garantir as áreas de proteção nacional. Na constituição de 1934 se define que qualquer concessão na faixa de fronteira precisaria obrigatoriamente ser analisada e aprovada pelo então Conselho Superior de Segurança Nacional.

Ainda dentro de uma perspectiva restritamente militar, a constituição de 1946 determinava que os prefeitos nos municípios das cidades fronteiriças fossem indicados pelos governos estaduais. O objetivo era manter um controle mais rigoroso das regiões consideradas prioritárias para a defesa nacional. No entanto, a preocupação federal denunciada por meio da existência de tais leis não garantiram o controle e a presença efetiva do estado brasileiro em seus limites territoriais. A dificuldade de acesso e de manutenção da população em tais regiões foram fundamentais para o fracasso das primeiras tentativas de estabelecimento de colônias militares nas localidades mais afastadas das capitais.

A experiência da expedição militar que em 1888 saiu do Rio de Janeiro com destino a Foz do Rio Iguaçu para fundar uma Colônia Militar é um exemplo disso. Os relatos escritos por José Maria de Brito², sargento da comissão constituída pelo Ministro da Guerra Mouro da Costa, corresponde a um retrato de um país ainda não povoado e pouco controlado, composto por fragmentos territoriais explorados por estrangeiros e pelas populações nativas, ligados, em grande medida, por precárias vias de transporte terrestre. Resignadas a viverem por longos períodos isolados do restante do país e com carência de bens de primeira necessidade, as colônias militares sobreviviam por meio da adaptação aos costumes locais e, muitas vezes, se associando a práticas de que deveriam combater, como o contrabando de recursos naturais.³

2 José Maria de Brito. *Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

3 Aparecida Darc. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2009.

A administração das fronteiras até metade do século XX ficou marcada pelo esforço de garantir um mínimo controle militar, mas que não se estendeu ou não garantiu o desenvolvimento de um processo de povoamento ou colonização que possibilitasse a presença da sociedade civil de uma maneira mais significativa. Diante de tal situação, ocorre a promulgação da Lei nº 2597/55 que, além de definir as zonas indispensáveis à defesa nacional, comprometia oficialmente a União com o desenvolvimento da faixa de fronteira. Neste sentido, ela definiu a aplicação de recursos e estabelecia as fontes para construção de pequenas obras de infraestrutura, mas insuficiente para atingir seus propósitos, que eram garantir condições dignas de sobrevivência, impedir o êxodo e difundir o sentimento de brasilidade.

Em grande medida, a Lei nº 2597/55 buscou fortalecer os esforços de organização demográfica iniciados durante o Estado Novo. Neste período, ocorreu a difusão de uma política que ficou conhecida como “marcha para o oeste”. Constatando a forte presença de estrangeiros explorando os recursos naturais no extremo oeste brasileiro, o governo de Getúlio Vargas promoveu políticas de povoamento das regiões que seriam marcadas por um suposto “vazio demográfico”⁴ no começo do século XX. Neste sentido:

O governo, ao combinar as ideias de fragmentação da unidade territorial aos perigos por ela representados para a soberania nacional, lançou mão de uma estratégia de dominação sobre o corpo social, que se alicerçou na proposta nacionalista de ocupação e desenvolvimento territorial, denominada de marcha para o oeste. Esse slogan [...] foi elaborado no final do ano de 1937 e teve seus objetivos insistentemente retrabalhados nos anos seguintes. Através das mais variadas técnicas de propaganda, construiu a imagem da população marchando em direção da grande obra de construção da unidade nacional.⁵

O processo de migração possibilitada pela “marcha” adquiriu um perfil de colonização empresarial. Segundo Freitag, “a configuração deste espaço teve como principal característica a apropriação e organização a partir dos interesses de cunho capitalista das companhias colonizadoras de capital privado, que se localizaram na região”⁶. Ainda conforme a autora, a presença das empresas colonizadoras garantiu o recuo das empresas estrangeiras que exploravam ilegalmente o território brasileiro e estabeleceu uma reorganização da estrutura fundiária exis-

4 A ideia de “vazio demográfico” foi uma tese defendida pela historiografia hegemônica produzida no Estado do Paraná até a década de 1990 com o objetivo de legitimar o processo de colonização europeia da região. Tal perspectiva foi adequadamente problematizada por Lúcio Tadeu Mota (2009), que demonstrou por meio de farta documentação e fontes bibliográficas a presença de diversas comunidades indígenas antes da colonização.

5 Liliane da Costa Freitag. *Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001, p. 40.

6 *Ibidem*, p. 82.

tente, que começou a ser sustentada por pequenas propriedades adquiridas pelas famílias sulistas predominantemente de descendência alemã e italiana.

A forma em que as terras foram repassadas para estas empresas colonizadoras, o massacre sofrido pelas populações nativas durante o processo de limpeza dos terrenos, a associação de muitos colonos com o contrabando de madeira e erva-mate são temas que marcam a constituição dos primeiros vilarejos no interior do Brasil, discutido por uma vasta literatura,⁷ mas que fogem dos objetivos deste texto. Busco aqui salientar que a colonização realizada, embora tenha garantido um crescimento demográfico e uma privatização das terras, não conseguiu atingir todas as metas estabelecidas, como, por exemplo, o desenvolvimento da brasilidade, um processo de pacificação no movimento de ocupação e exploração territorial e, por fim, um fortalecimento da estrutura garantidora da segurança nacional.

A concepção que a organização das regiões fronteiriças precisava ser mediada pelas forças de segurança foi restabelecida durante o regime militar. Nesse sentido, observa-se que a constituição outorgada em 1967 também atribuía ao Conselho de Segurança Nacional a responsabilidade pelas questões relacionadas ao desenvolvimento e a segurança nos limites do território brasileiro, posição que foi reforçada pela Lei nº 6634/1979. Na ocasião determinou-se: que o limite das terras públicas para alienação ou concessão na faixa de fronteira passava de 2.000 para 3.000 hectares; que a União deixaria de concorrer com 50% do custo de obras públicas municipais na faixa, mas se reservaria o direito de concorrer com o custo total ou parcial de acordo com o interesse da área para a segurança nacional; e, por fim, que o Conselho de Segurança Nacional assumiria a responsabilidade em providenciar a consignação dos recursos para os projetos na faixa de fronteira.

A personificação desta ideologia, que mescla segurança e desenvolvimento, é visualizada na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Um megaprojeto de infraestrutura que, em uma única ação, conseguia resolver quatro gargalos do governo militar: 1) resolvia definitivamente o Litígio da Sete Quedas; 2) reorganizava a política internacional no cone sul ao trazer o Paraguai para a influência brasileira; 3) garantia uma capacidade de abastecimento de energia suficiente para atender as necessidades das multinacionais interessadas em atuar no país e, por fim: 4) definia o controle estratégico da região marcada pela confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina.⁸

7 Sobre isso, ver Luiz Eduardo Catta. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002; José Augusto Colodel. *Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988; Perci Lima. *Foz do Iguaçu e sua história*. Foz do Iguaçu: 2001; Alceu Sperança. *Cascavel, a história*. Curitiba: Lagarto Editores, 1992; Ruy Christovan Wachowicz. *Obrages, mensus e colonos – história do oeste paranaense*. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.

8 Edson Belo Clemente de Souza. "A geopolítica da produção do espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Nacional". In: *Revista Geografares*, nº 9, jul./dez., 2011. p. 141-167; Tomaz Espósito Neto. "As relações Brasil-Paraguai: do litígio da fronteira brasileiro-

Nessa perspectiva, a política desenvolvimentista e militar implantada pela ditadura brasileira também se fez presente no norte do país. Não se limitando ao projeto da transamazônica, criou-se também o Programa Calha Norte (PCN). Controlado pelo Exército Brasileiro, ele não se limitava ao estabelecimento da faixa de segurança e a implantação das colônias militares, mas exigia a participação coordenada de órgãos federais e estaduais na execução de projetos que visavam o incremento das relações bilaterais, o aumento da presença militar, o incremento das ações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes, a ampliação da infraestrutura viária e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos.⁹

A constituição de 1988 apresenta uma preocupação maior com as questões fronteiriças ao garantir: 1) que as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras são bens da União e que essas terras se encontram numa faixa de 150 Km de largura; 2) que é competência da União executar os serviços de polícia de fronteira e explorar direta ou indiretamente os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais; 3) que cabe ao Conselho de Defesa Nacional a tarefa de propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo e, por fim; 4) as condições específicas para a pesquisa e exploração dos recursos minerais do subsolo.

No entanto, o mais significativo é que ela marca um processo de mudança na relação do governo brasileiro com a militarização, representado uma paulatina ampliação da importância da sociedade civil no planejamento, na organização e na execução das políticas de fronteira. Neste sentido, observa-se que o Programa de Desenvolvimento de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO), que previa a incorporação e o prosseguimento dos projetos que já estivessem em andamento e acrescentava uma preocupação bastante contemporânea com a proteção das terras indígenas e com a conservação ambiental, atribuindo uma menor ênfase nas questões militares.¹⁰

Os primeiros presidentes eleitos após a ditadura, fundamentados por um discurso neoliberal, ampliaram a importância da sociedade civil na gerência dos proje-

-paraguai (1962) à Ata das Cataratas (1966)". In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 7, nº1, 2013, p. 33-49.

9 Licio Caetano do R. Monteiro. Políticas territoriais do estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009; Humberto José Lourenção. A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, Campinas, 2003.

10 Rebeca Steiman. A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

tos fronteiriços, enfraqueceram a presença estatal e abriram espaço para um processo de terceirização silenciosa do controle e da fiscalização. No mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso a fronteira voltou a receber destaque e atenção visando ampliar a densidade populacional e redução da extensão média de fronteira entre cada núcleo de povoamento e as unidades militares. Além disso, é durante a gestão do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) que o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) começa a ser implantado. O SIVAM configura-se como o projeto mais cuidadoso e sistematizado de controle e segurança da fronteira amazônica e, ao mesmo tempo, corresponde à primeira grande crise do governo FHC devido às denúncias de superfaturamento na compra de equipamentos.

O SIVAM tem como objetivo principal defender e garantir a soberania brasileira na Amazônia Legal, além de otimizar as ações governamentais na região. A proposta de sua criação ocorreu no início da década de 1990, quando foi observada a necessidade de se criar um sistema de informações para subsidiar a intervenção do governo na região amazônica, respondendo as pressões internacionais referentes aos problemas ambientais ocorridos na região, como as queimadas e a extração ilegal de recursos naturais. Paralelo a isto, o monitoramento remoto e em tempo real de toda fronteira norte também atendia a pressões do governo norte-americano em direção de um maior envolvimento das Forças Armadas Brasileiras no controle do tráfico de drogas.¹¹

O exército, a marinha e a aeronáutica brasileira possuem bases espalhadas em todo o território nacional e, com maior concentração na região norte, porém isso não significa que ela corresponda à área de maior controle e fiscalização. Devido às dificuldades naturais da Amazônia, como a densidade da mata, a umidade, a temperatura e o baixo volume populacional, a presença e a atuação dos militares na região torna-se mais difícil. Deste modo, a possibilidade de um controle minucioso e em tempo real de toda a região, permitindo o alerta e o rápido deslocamento das unidades de segurança representou um avanço para a segurança pública e, ao mesmo tempo, um maior controle do processo de povoamento e desmatamento da região de selva.¹²

O processo de implantação do SIVAM foi turbulento. A escolha da empresa responsável pelo sistema foi muito questionada devido aos valores dos equipamentos, o pouco acompanhamento dos cientistas brasileiros durante o processo de licitação e construção do projeto e, principalmente, devido ao acesso irrestrito que empresas estrangeiras de segurança teriam a informações sigilosas das forças armadas brasileiras. Em linhas gerais, o projeto recebeu duras críticas dos cientistas brasileiros e da comunidade universitária devido a sua internacionalização, assim como do bloco de oposição ao governo neoliberal por ter estabelecido uma

11 Monteiro, op. cit., p. 71

12 Lourenção, op. cit.

plataforma de segurança nacional vinculada a empresas terceirizadas, que seriam responsáveis pelo oferecimento e manutenção de softwares e hardwares.

As políticas de segurança brasileira acompanham as mudanças ocorridas na configuração mundial das relações internacionais e também o próprio amadurecimento do sistema democrático do país. A forte presença dos militares no governo brasileiro até o fim da ditadura fazia com que os programas destinados a faixa de fronteira possuísem um perfil mais direcionado a militarização das regiões de fronteira, deixando para um segundo plano a dimensão social. Contudo, “está mais do que comprovado que sem apoio ao desenvolvimento social e econômico regional e à aplicação da justiça no terreno não existe segurança democrática no longo prazo”.¹³ Assim, acompanhando o fortalecimento da democracia, observa-se a implantação paralela de programas de segurança militar, ambiental e social, como é o do SIVAM e do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

Outro aspecto determinante na formação das políticas de fronteira do Brasil diz respeito às posições do país em relação à guerra fria. Como difundia Silva,¹⁴ os conflitos gerados pelas disputas ideológicas entre capitalistas e comunistas impedia uma separação rigorosa entre os inimigos internos e externos, exigindo uma atenção e um controle mais rigoroso das organizações sociais e das regiões de fronteira por parte do Estado, justificando, por exemplo, a indicação dos prefeitos das cidades consideradas de risco ou estratégicas por parte dos militares. Todavia, com o processo de democratização e a ampliação dos direitos individuais tal perspectiva começa a perder espaço e inicia-se um processo de valorização da participação da sociedade civil e de cuidado com fatores que possam interferir no equilíbrio e desenvolvimento social, como o tráfico de drogas e armas.

Em resumo, a Política de Defesa Nacional (PND) “tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional”.¹⁵ Logo, a comparação dos documentos produzidos durante a gestão dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentam as diretrizes das políticas de defesa do país, permite constatar as transformações antes apontadas. Neste sentido, observa-se que o PND de 2005 não enfatiza o caráter democrático e civil da defesa nacional como ocorre no documento de 1996, pois este tinha a preocupação em ser um divisor de águas em relação aos pressupostos associados ao período militar das políticas de segurança.

13 Lia Osório Machado. “A Estratégia Nacional de Defesa, a Geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-Americana”. In: ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Rio de Janeiro, 2010, p. 101.

14 Golbery do Couto e Silva. Planejamento estratégico. Brasília: UnB, 1981.

15 Brasil. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional. Brasília, Introdução. 2005. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/pdn/>>. Acesso em: 20 fev. 2014. 2005a.

Mais do que simplesmente uma escolha, tais políticas retratam a postura dos respectivos governos naquilo que se refere a suas relações internacionais. Enquanto o PND de 1996 fortalecia o caráter liberal do país e expressava a defesa de uma postura harmônica e pacífica do Brasil na ordem internacional, o documento de 2005 apresenta uma política de defesa mais ativa, principalmente naquilo que se refere a atuação regional do Brasil, valorizando os interesses nacionais e sua potencialidade como liderança sul-americana. As fronteiras do país são apresentadas como locais de atenção, pois representaria portais para a entrada de drogas e armas no território nacional, exigindo, desta forma, uma maior atenção e investimentos no que se refere à militarização e ao desenvolvimento social.

Constata-se que a forma de intervenção do Estado brasileiro em relação à faixa de fronteira possui uma perspectiva pendular. Durante o período de aproximação e interferência dos militares no governo civil a forma de abordagem e trabalho nos limites do país era essencialmente relacionada com a manutenção e o fortalecimento do efetivo, a preocupação era fundamentalmente bélica e, em um segundo plano, social. O intuito era impedir possíveis incursões de guerrilhas e grupos comunistas no território brasileiro ou qualquer ameaça a suposta soberania nacional. Com o fim do regime ditatorial e a diminuição da influência dos militares no poder executivo, ocorre uma mudança radical no discurso. Enfim, o fim da polarização das relações internacionais fomentou mudanças na forma de atuação do governo em suas fronteiras.

O PND de 1996 é elaborado neste contexto. Assim, ele expressa com maior ênfase os esforços nacionais em direção ao processo de democratização, diminuindo o papel dos militares ao valorizar e divulgar o caráter pacífico do povo brasileiro. Logo, a preocupação com a faixa de fronteira está direcionada ao desenvolvimento regional, à preservação ambiental e a proteção da população ameríndia. Abandonando a militarização existente ao longo do século XX, o PND de 1996 vai em direção da valorização da sociedade civil, do povoamento das regiões com menor densidade demográfica, do oferecimento de infraestrutura e da inclusão da população pobre nos programas de distribuição de renda.

Por outro lado, a proposta expressa pelo PND de 2005 busca um ponto que fique entre a militarização e a sociedade civil. O documento não é rigorosamente militar como nos períodos da ditadura e também não é essencialmente civil como tenta se apresentar o PND de 1996. Ele atende as questões de segurança pública ao observar a necessidade de investimentos para o controle e combate de crimes como o tráfico de drogas e armas, mas, ao mesmo tempo, exige uma maior participação do Estado naquilo que se refere ao oferecimento de melhores condições de vida para as populações do interior do país. Neste contexto, observa-se que as ações incentivadas vão em direção de melhorar a estrutura de controle e repressão, mas sem abandonar os investimentos em urbanização e proteção social.

Na última década as regiões fronteiriças obtiveram uma atenção nunca antes recebida. Enquanto no período militar a presença estatal estava vinculada

ao controle do fluxo de “subversivos” e no período de apogeu do neoliberalismo o estado nacional praticamente se ausentou de grande parte da faixa de fronteira, fato que refletiu no sucateamento da estrutura de fiscalização e no aumento dos circuitos de contrabando e tráfico nas regiões que não eram cobertas pelo SIVAM, na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) se observa uma intervenção sistêmica nas fronteiras.¹⁶ Em outras palavras, a inserção governamental foi promovida por ações e investimentos simultâneos em um conjunto de políticas visando “disciplinar” as fronteiras.

Neste sentido, observa-se um grande esforço na melhoria da infraestrutura de fiscalização aduaneira e na tentativa de regulamentação da lei do sacoleiro, além do investimento massivo no processo de qualificação da população fronteiriça por meio da ampliação do número de cursos profissionalizantes e das vagas ofertadas no ensino superior, dos investimentos em grandes projetos de infraestrutura e urbanização por meio do programa de aceleração do crescimento (PAC) e, por fim, do fortalecimento das operações de combate ao tráfico de drogas, armas e contrabando com a criação dos Batalhões de Fronteira, da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e de um conjunto de operações especiais desenvolvidas por forças integradas.

Tais ações vêm exigindo mudanças no cotidiano fronteiriço. Primeiramente, as políticas estabelecidas inibem e criminalizam a “cultura de fronteira” ao controlar o fluxo fronteiriço e combater a circulação de mercadorias. Em um segundo momento, elas limitam a renda de parte significativa da população, já que as ocupações relacionadas aos circuitos de contrabando são economicamente muito mais rentáveis do que os salários oferecidos pelos empregos existentes no mercado formal. Por fim, elas interferem diretamente nos índices de violência, pois ao limitarem a ação dos grupos criminosos que agem nas fronteiras estes buscam outras formas de inserção e atuação, disputando territórios, eliminando concorrentes e estendendo suas práticas para regiões fronteiriças que ainda não eram exploradas.¹⁷

A “disciplinarização” dos modos de viver fronteiriços e a adaptação dos usos e costumes dentro de um padrão aceitável pelo modelo de desenvolvimento vigente acompanha o processo de implantação das unidades pacificadoras no Rio de Janeiro e das outras comunidades marginalizadas do Brasil. Não é suficiente desterritorializar o crime nas grandes cidades, é preciso romper com os circuitos que o abastecem de drogas e armas. Neste contexto, as políticas de segurança nas fronteiras implantadas pelo governo federal não podem ser entendidas de maneira isolada, pois estão vinculadas a um projeto maior de segurança e de visibilidade internacional do país. Os megaeventos que serão realizados nos próximos anos

16 Eric Gustavo Cardin. *A Expansão do Capital e a Dinâmica da Fronteira*. Tese (Doutorado em Sociologia). – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara, 2011.

17 *Ibidem*.

vem sendo vendidos como um reflexo da pujança desenvolvimentista ou, como o resultado de um programa de crescimento de sucesso, logo é preciso garantir que as contradições do capital não maculem esta imagem.

À FRONTEIRA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

O programa de desenvolvimento nacional e a construção de uma imagem internacional referentes ao país justificam o aumento da preocupação com as regiões fronteiriças naquilo que se refere às mudanças nos padrões de segurança pública e de inserção social da população pobre e, por isso, mais suscetíveis a cooptação dos grupos criminosos que agem nos limites territoriais do país, mas não se limitam apenas à tais práticas. Em paralelo a mudança do paradigma de segurança pública, com o fortalecimento de uma perspectiva civil-militar em contraposição às políticas anteriores, que eram essencialmente militar (até a ditadura) ou essencialmente civil (durante o auge do neoliberalismo), visualiza-se a retomada da construção de grandes obras de infraestrutura gerenciadas pelo governo federal.

Observa-se, ao longo dos últimos dez anos, a recuperação do espírito existente durante boa parte da ditadura, que expressava a preocupação com o crescimento econômico e desenvolvia projetos estratégicos por meio do endividamento nacional. Desta forma, a palavra desenvolvimento voltou a ser a maior representante dos esforços nacionais, sendo reafirmada como legitimadora para tais projetos. Contudo, para que da palavra apareça a ação, elaborou-se programas de crescimento contendo investimentos distribuídos por todo o território, além do estabelecimento de acordos binacionais para projetos de interesse internacional. Se no passado o milagre econômico foi obtido por meio de empréstimos realizados pelo governo federal, na conjuntura atual o intuito é garantir a “explosão de crescimento” por meio do desenvolvimento das parcerias público-privadas.

As fronteiras nacionais se inserem na lógica desenvolvimentista dentro de duas políticas. A primeira delas encontra-se diretamente vinculada com os elementos indicados no tópico anterior. Visando uma melhoria nas condições de fiscalização, controle e combate as práticas ilegais que marcam tais regiões, mas, levando em consideração que a intervenção militar não obtém bons resultados quando desvinculada de melhorias nas condições de vida das populações fronteiriças, visualizam-se investimentos pontuais no sentido de promover uma ampliação das possibilidades de inserção social das diferentes comunidades, um exemplo disso pode ser encontrado no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O PDFF “tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países”. Ele busca: 1) promover a convergência das políticas públicas setoriais na faixa de fronteira para o enfrentamento das desigualdades, considerando a diversidade socioeconômica e cultural da região; 2) articular a questão da soberania nacio-

nal com o desenvolvimento regional; 3) formular e promover a implementação das potencialidades endógenas, em diversas escalas espaciais, visando à inserção social e econômica das populações locais; 4) articular investimentos em infraestrutura econômica para apoiar o processo de integração nacional e; 5) estimular investimentos em arranjos e cadeias produtivas prioritárias para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes, como o desenvolvimento local e a integração da América do Sul.¹⁸

A faixa de fronteira do Brasil é caracterizada geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, abrangendo 11 unidades da Federação, 588 municípios e reunindo aproximadamente 10 milhões de habitantes. No entendimento expresso no PDFF, “o fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, envolvendo a Amazônia, a região central e o MERCOSUL configura-se como uma oportunidade de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul”. Para tanto, o desenvolvimento regional foi definido como prioritário, sendo que:

a grande inovação desta política refere-se à abordagem dirigida a espaços sub-regionais, buscando a dinamização econômica, o fornecimento de infraestrutura econômica e social e a melhoria nas condições de cidadania, envolvendo o fortalecimento dos atores locais e o aproveitamento das peculiaridades da organização social e das características produtivas locais.¹⁹

Levando em consideração que o desenvolvimento regional é considerado pela coordenação do PDFF como o mecanismo adequado para obtenção dos resultados esperados, alguns pressupostos são considerados elementares para a sua implantação. Em primeiro lugar, as estratégias adotadas tentam observar e respeitar a diversidade de cada uma das regiões de fronteira, tendo em vista a necessidade de integração com os outros países da América do Sul. Neste sentido, é fundamental o fortalecimento da participação da população local por meio da organização da sociedade civil. Diferente de políticas anteriores, o PDFF se esforça em colocar o cidadão como ator do desenvolvimento regional e não descola o desenvolvimento das cidades gêmeas.

Visando obter resultados em curto prazo, o PDFF estabelece três metas iniciais: 1) a criação de projetos pilotos em cada arco de atuação do programa (norte/central/sul) e mais dois adicionais no MERCOSUL; 2) a articulação das

18 Brasil. Ministério da integração nacional. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr_frenteira>. Acesso em: 20 fev. 2014. 2005b.

19 Ibidem.

prioridades do PDFF com os demais programas e projetos de desenvolvimento regionais já existentes, visando o fortalecimento daquilo que já está sendo desenvolvido e, por fim; 3) a garantia de melhorias nas condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões que compõem a faixa de fronteira. Há uma preocupação com a valorização e o incentivo aos arranjos produtivos locais, ou seja, da especificidade econômica de cada localidade. Neste ponto é importante observar que a intervenção governamental não é restrita ao município fronteiriço, mas a região em que ele está inserido.

Embora o PDFF tenha como grande diferencial a preocupação em conciliar as políticas de segurança a uma concepção de desenvolvimento, a sua aplicação até o presente momento é bem restrita. Em grande medida, ele vem justificando ações pontuais de combate à exploração sexual e ao trabalho infantil, assim como, algumas ações realizadas por meio do ENAFRON. No entanto, observa-se que a sua divulgação e a sua sustentação ideológica por parte do governo federal vem garantindo a aderência de projetos locais com os pressupostos previstos no programa, como, por exemplo, o projeto de urbanização e revitalização da margem do Rio Paraná que faz limite com o Paraguai, conhecido como Beira Foz.

As ações promovidas ou idealizadas pelo PDFF apresentam algumas fragilidades. Em primeiro lugar, constata-se a apropriação de uma concepção de desenvolvimento regional difundida pelos organismos internacionais reguladores da economia que, em grande medida, promovem a associação de práticas econômicas que antes eram sustentáveis à lógica do capital. Atrás da inocente ideia de que a difusão de arranjos produtivos diferenciados e alternativos se encontra a possibilidade de adestramento do capitalismo está a inserção sistemática de uma população na estrutura econômica vigente e, conseqüentemente, no mercado. Isso se manifesta pela ampliação da população economicamente ativa, pela extração de mais-valia, pela produção de bens e serviços e, por fim, pela capitalização espacial.

A elaboração de novos desenhos para as paisagens fronteiriças com o objetivo de garantir melhorias em suas comunidades vem se configurando como mecanismos de valorização territorial, vinculando-se a um movimento acelerado de especulação imobiliária.

Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano. O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído, expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído.²⁰

20 Neil Smith. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: Revista

Os programas de urbanização e intervenção espacial por meio de investimentos sistemáticos podem ser explicados pela soma de alguns fatores: a) a existência de regiões de suburbanizadas acompanhado do surgimento de possibilidades futuras na obtenção de um diferencial de renda nas mesmas regiões; b) a desindustrialização das economias avançadas e o crescimento do emprego no setor de serviços, que exigem o fortalecimento de outros nichos de exploração econômica; c) a histórica centralização espacial nas grandes metrópoles, enquanto vem ocorrendo um processo acelerado de descentralização do capital; d) a queda na taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital no intuito de buscar garantir seus níveis de acumulação, por fim; e) as mudanças demográficas e nos padrões de consumo, representadas por um processo contínuo de inserção social na lógica do mercado.²¹

Por mais contraditório que isso possa aparecer, políticas que supostamente foram pensadas para o desenvolvimento de comunidades locais acabam dificultando a permanência das mesmas em suas localidades originais devido ao aumento do valor do solo e do custo de vida. Ambas as situações são agravadas por um processo impiedoso de combate as práticas populares de sobrevivência, que passa pela elaboração de estratégias que limitam as possibilidades de criação de animais e o desenvolvimento de pequenos plantios nas regiões que recebem os investimentos, restrições às práticas dos trabalhadores que atuam na cata de reciclados e, de forma ainda mais acentuada, um combate violento as diversas formas de sobrevivência vinculadas às ocupações derivadas da situação de fronteira.

A remoção de favelas e ocupações nas faixas de fronteira, justificadas como medidas de segurança e urbanização para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento regional diferenciado podem ser entendidas como práticas de gentrificação. As reformulações espaciais defendidas e muitas vezes realizadas buscam incluir regiões subutilizadas pelo sistema do capital dentro de um novo padrão econômico, agregando valor às terras que antes serviam de moradia e trabalho para uma população pobre. Neste processo, visualiza-se um movimento de desterritorialização dos habitantes originais que, frequentemente, são reterritorializados em regiões mais periféricas das grandes cidades, mantendo tais comunidades em uma situação degradante.

Durante a década de 1990 foram promovidos processos de remoção das Favelas do Monsenhor e da Marinha no município de Foz do Iguaçu, Paraná. Ambas ficavam localizadas no centro econômico da cidade e na barranca do Rio Paraná, região limítrofe com o Paraguai. Para os moradores locais, a posição de suas ocupações era estratégica por possibilitar a realização de atividades informais nas ruas mais movimentadas e também por garantir um acesso facilitado ao país vizinho. Todas as famílias removidas foram colocadas em uma mesma localidade (Cidade Nova), longe do centro econômico e político, limitando a manutenção de suas an-

GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n.º 21, USP, 2007. p. 20.

21 Ibidem.

tigas práticas de sobrevivência. Não suficiente, o processo reuniu em um mesmo conjunto habitacional duas favelas comandadas por grupos de traficantes rivais, garantindo os maiores índices de homicídios de Foz do Iguaçu durante muitos anos.

As mesmas críticas podem ser estendidas para o conjunto de políticas e ações relacionadas ao PAC e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). De maneira explícita, os investimentos em infraestrutura (energia, transporte, saneamento e habitação) representa o principal ponto de pauta na agenda do governo federal durante a gestão do PT. Tais investimentos ocorrem de maneira gradativa por diferentes programas e consórcios. O PAC, por exemplo, prevê obras em várias cidades na faixa de fronteira, onde se destacam a Usina Eólica em Cerro Chato/RS (fronteira com o Uruguai), investimentos em saneamento em Corumbá/MS (divisa com a Bolívia) e em Foz do Iguaçu/PR (divisa com o Paraguai). Neste município, ainda estão previstos melhorias no aeroporto local e a construção da segunda ponte de ligação com o Paraguai. Entre os anos de 2007 e 2009 o governo federal chegou a investir por meio do PAC1 aproximadamente R\$ 6 bilhões, valor que é irrisório perto dos R\$ 665 bilhões gastos pelo PAC2 entre os anos de 2011 e 2013.

Contudo, por envolverem investimentos de doze países sul-americanos, o montante de recursos previstos no IIRSA²² para atender demandas apontadas pela Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) consegue ser ainda bem superior. Criada pelos presidentes sul-americanos em 2008, a UNASUR é um espaço de articulação e diálogo regional que visa o fortalecimento de políticas que possam garantir uma maior integração entre os países-membros. Para tanto, parte do princípio que a integração da infraestrutura em setores como transporte, energia e comunicação corresponde a uma ação fundamental para a melhoria da qualidade e da expectativa de vida na região como um todo, permitindo a redução das desigualdades regionais e sociais.

Para realizar os estudos e estabelecer o planejamento dos investimentos, a UNASUR criou o Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (CO-SIPLAN) que, entre as suas tarefas, encontra-se a de identificar e selecionar obras de alto impacto para a integração e o desenvolvimento continental. Neste esforço, foi elaborada uma agenda de projetos prioritários de integração (API) composta por 31 obras consideradas de caráter estratégico. No quadro abaixo se encontram os projetos que possuem relação direta com o Brasil e o total de investimentos previstos em milhões de dólares americanos.

22 IIRSA. Agenda de proyectos prioritarios de integración. Lima: UNASUR, 2012.

TABELA 1 – Projetos do IIRSA

Projeto	Valores previstos em milhões de dólares
Corredor ferroviário bi-oceânico Paranaguá/BRA – Antofagasta/CHI	2.740,8
Conexão rodoviária Foz/BRA – Ciudad del Este/ PAR – Assunção/PAR – Clorinda/ARG	439,7
Linha de transmissão 500kw (Itaipu/BRA – Assunção/PAR – Yacyreta/PAR)	755,0
Reabilitação da rodovia Caracas/VEN – Manaus/BRA	350,0
Rodovia Boa Vista/BRA – Bonfim/BRA – Lethen/GUI – Linden/GUI – Georgetown/GUI	250,0
Construção da Ponte Internacional Jaguarão/BRA – Río Branco/URU	93,5
Transporte Multimodal no sistema Laguna Merín/URU e Lagoa dos Patos/BRA	49,0
Corredor ferroviário Montevideo/URU – Cacequí/BRA	139,8

Fonte: IIRSA (2012).

Como observa Carneiro Filho,²³ o PAC e o IIRSA colocam em questão problemas de gestão dos governos locais, principalmente no que diz respeito à relação entre os investimentos que vem sendo realizados pelo governo federal e a capacidade de gestão e de aderência dos interesses locais a uma agenda que é muito mais ampla do que aquela apresentada pelas comunidades fronteiriças. Segundo o autor, os grandes projetos de infraestrutura que estão sendo realizados e aqueles que são previstos são pautados em uma perspectiva neoliberal. Em síntese, eles visam garantir uma melhor distribuição de energia e de matéria-prima sem uma preocupação imediata com a aprovação das comunidades locais ou com os possíveis impactos que tais projetos possam promover.

Em síntese, constata-se que as políticas direcionadas a faixa de fronteira do Brasil modificou-se ao longo dos anos. Durante boa parte do século XX ela foi mais legislativa do que executiva. Eram leis que tinham dificuldade em serem aplicadas por questões relacionadas à disponibilidade de recursos e, até mesmo, devido às dificuldades de acesso as regiões. Em todos os casos, a preocupação com

23 Camilo Pereira Carneiro Filho. Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências - UFRGS, Porto Alegre, 2013.

as fronteiras era prioritariamente militar, até mesmo nos casos onde era apresentada uma preocupação com a população local, para evitar o êxodo ou o “vazio demográfico”. Garantir o povoamento e a colonização de regiões ainda pouco desenvolvidas sempre foi uma estratégia de segurança e de proteção do território.

Nas últimas duas décadas isso vem sendo paulatinamente transformado. Embora os objetivos possam ser similares, como a defesa da soberania e o domínio territorial, a forma de atuação do governo federal se tornou mais sistematizada. Neste sentido, observa-se a existência de duas políticas diferentes que são aplicadas no mesmo espaço, algumas vezes de maneira articulada outras não. Em um primeiro momento constata-se que houve uma diminuição na preocupação em garantir um contingente militar nas fronteiras, mas, por outro lado, ocorreu um grande investimento em monitoramento, fiscalização, comunicação e transporte. O caso do SIVAM e da aquisição de aviões tripulados e não tripulados, helicópteros, navios e porta-aviões exemplificam isso, assim como o PDFF, que visa melhorias na segurança por meio do desenvolvimento regional.

O segundo grupo de políticas estão diretamente relacionados aos investimentos em grandes obras de infraestrutura. Se por um lado visualizamos um esforço de monitoramento e fiscalização das fronteiras no intuito de combater o tráfico de drogas, armas e contrabando, por outro, é estabelecido um conjunto de projetos que buscam a integração regional, principalmente naquilo que se refere à unificação das vias de transporte de mercadorias e de transmissão de energia. Ambas as políticas explicitam que, embora o principal objetivo seja a expansão econômica, o intuito é de que a população regional seja beneficiada pelo processo de desenvolvimento, que supostamente garantirá melhorias na qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais.

Todavia, observa-se que o bolo da riqueza que deveria ser dividido no futuro está crescendo fundamentalmente pelo sacrifício das comunidades locais. Os grandes projetos de infraestrutura não levam em consideração os interesses das populações diretamente afetadas e, muitas vezes, nem mesmo dos seus governos municipais. Os projetos de urbanização e reorganização territorial, que são acompanhados de desterritorialização e reterritorialização de comunidades pobres, se sustentam em uma concepção de desenvolvimento econômico exclusivamente para a classe dominante, já que população excluída de suas antigas moradias é recolocada em regiões ainda degradadas. Não suficiente, os trabalhadores atingidos acabam sendo reinseridos no mercado em ocupações que exigem baixa qualificação, serviços frequentemente originados pelos próprios projetos.

O desenvolvimentismo se apresenta como uma proposta econômica e política de sucesso quando se deixa de questionar os objetivos de tal desenvolvimento, os sujeitos interessados e o seu impacto social. Não há como negar que ele pode garantir um aumento da arrecadação e da renda per capita, porém ao preço de uma maior centralização da riqueza e de um processo de exploração da classe trabalhadora, que é cada vez mais severo. Para o estabelecimento de novas rotas

de circulação de capital e proteger aquelas que já existentes, a violência física, psicológica e simbólica corresponde a uma ferramenta imprescindível para o Estado. Embora tenhamos nos concentrado em pensar como o fenômeno atinge as populações fronteiriças, ele está presente em todo o território nacional.

A resistência de diferentes sujeitos sociais referente à construção da Usina de Belo Monte, os diferentes processos de reintegração de posse executados pelo Estado, toda a resistência em relação à realização da copa do mundo de futebol e dos jogos olímpicos, mais especificamente daqueles que estão sendo diretamente atingidos pelas obras dos grandes eventos e, por fim, a forma em que o governo brasileiro nas suas diferentes instâncias vem reagindo aos sucessivos protestos contra o modelo de desenvolvimento adotado, denunciam um problema estrutural. Por fim, o termo desenvolvimento é amarrado à lógica expansionista do capital e, portando, se apresenta, se constitui e se mantém pela reprodução das suas próprias contradições.

REFERÊNCIAS

- BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Política de Defesa Nacional. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/pdn/>>. Acesso em: 20 fev. 2014. 2005a.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr_frenteira>. Acesso em: 20 fev. 2014. 2005b.
- CARDIN, Eric Gustavo. A Expansão do Capital e a Dinâmica da Fronteira. Tese (Doutorado em Sociologia). – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara, 2011.
- CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplíce Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências - UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- CATTA, Luiz Eduardo. O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- COLODEL, José Augusto. Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.
- DARC, Aparecida. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). Tese (Doutorado

- em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2009.
- ESPÓSITO NETO, Tomaz. "As relações Brasil-Paraguai: do litígio da fronteira brasileiro-paraguaia (1962) à Ata das Cataratas (1966)". In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 7, nº1, 2013, p. 33-49.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 - 1954)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.
- IIRSA. *Agenda de proyectos prioritarios de integración*. Lima: UNASUR, 2012.
- LIMA, Perci. *Foz do Iguaçu e sua história*. Foz do Iguaçu: 2001.
- LOURENÇÃO, Humberto José. *A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, Campinas, 2003.
- MACHADO, Lia Osório. "A Estratégia Nacional de Defesa, a Geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-Americana". In: *ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia*. Rio de Janeiro, 2010.
- MONTEIRO, Licio Caetano do R. *Políticas territoriais do estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)*. Maringá: EDUEM, 2009.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento estratégico*. Brasília: UnB, 1981.
- SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. In: *Revista GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n.º 21, USP, 2007. p. 15-31.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. "A geopolítica da produção do espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Nacional". In: *Revista Geografares*, nº 9, jul./dez., 2011. p. 141-167.
- SPERANÇA, Alceu. *Cascavel, a história*. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.
- STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências - UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Obrages, mensus e colonos - história do oeste paranaense*. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.